



A caminhada histórica da capoeira

Freitas, Jorge Luiz de

Como elemento ativo da dinâmica cultural, a Capoeira hoje em dia apresenta contornos bem diferentes dos que a originaram. É possível facilmente observar uma crescente esportização da Capoeira, bem como sua conseqüente inserção no contexto educacional e isto a tem feito ganhar cada vez mais espaços.

Assim, torna-se salutar que façamos um resgate, ainda que de modo breve, sobre a história do surgimento e desenvolvimento da Capoeira, afim de que ela seja devidamente situada como elemento central e objetivo desta pesquisa.

Com a análise bibliográfica verificou-se que, historicamente, o termo Capoeira é citado pela primeira vez em 1712 por Bluteau em livro publicado em Coimbra – Portugal, com o título Vocabulário Português e Latino. Desde então muitas foram as tentativas de definição do termo e dentre elas a mais aceita entre os pesquisadores é de origem Tupi, apresentada por Soares (1880) como: *caa* – mato, floresta virgem, mais *puêra* – o que foi, que não existe mais. O Tupi da Geografia Nacional propõe *Kapuera* como roça abandonada, da qual o mato já tomou conta, mato renascido (REGO, 1968).

Com o passar do tempo, o termo assumiu novos significados. O mais presente é utilizado para denominar uma luta apresentada por movimentos ágeis envoltos por música, ritmo e ginga. Para Marinho (1956) a Capoeira era praticada pelos Angolas como dança religiosa. Já Rego (1968), diz que a Capoeira é uma invenção dos africanos no Brasil. Areias (1983), afirma que a Capoeira nasce da necessidade do escravo, trazido da África para o Brasil, sobreviver à escravidão e, por não possuir armas suficientes descobriu no próprio corpo um meio de defesa, imitando animais e estruturas das manifestações trazidas da África.

Como se pode perceber, há ainda uma grande controvérsia sobre o surgimento da Capoeira, contudo, convém observar a complexidade do assunto uma vez que pesquisadores (PIRES, 2001; CARVALHO, 1999; SOARES, 2001; FREYRE, 2003) que defendem que a Capoeira surgiu em terras brasileiras usam o argumento de que os negros aqui escravizados vieram de diversas regiões da África e foram trazidos não apenas para o Brasil, mas para outras ex-colônias do continente americano. Porém, parece não haver registro histórico conhecido do desenvolvimento da Capoeira nestes locais, somente no Brasil.

Por outro lado, existem aqueles que acreditam na origem africana da Capoeira (MARINHO, 1956) sendo trazida daquele continente pelos cativos, uma vez que podem ser encontradas danças e rituais também características de luta. A partir dessa concepção, a Capoeira seria simplesmente uma variação dessas danças. Deve ficar claro, que o objetivo desta análise, não é tomar partido ou optar por seguir esta ou aquela versão histórica, e sim evidenciar a já comentada complexidade do tema, entendendo que este já foi abordado por muitos pesquisadores, dentre eles: Araújo (1997), Capoeira (1998), Carvalho (1999),

Pires (2001), Rego (1968), Areias (1983) e ainda assim não existe consensualidade.

Conta a história que por volta do século XVI, durante o período do tráfico negreiro, muitos negros foram trazidos de suas pátrias, na maioria províncias africanas como, Luanda, Congo, Moçambique, Angola, Cabinda, Benguela, entre outras (REIS, 1988). O caminho era longo e podia se tornar maior ainda se pensarmos nas condições em que estes negros viajavam, presos aos porões fétidos e abarrotados dos navios, rumo ao cativeiro e ao sofrimento do trabalho escravo. Ao chegar em solo brasileiro eram separados de seus parentes e compatriotas. Justamente com o objetivo de que não se formassem grupos uniformes capazes de se unirem contra a força opressora (REGO, 1968).

Porém, mesmo pertencendo a grupos com língua, costumes e tradições diferentes, ainda que oriundas do mesmo continente, no momento em que eram obrigados a trabalhar e conviver juntos em senzalas pode-se dizer que essa experiência levou-os a absorver e difundir a cultura uns dos outros.

Há registros em Freyre (2003) que afirmam que os negros escravizados tinham raramente alguns momentos de descanso e quando gozavam deste momento aproveitavam para cantar suas canções, cultuar os Deuses africanos, perpetuando suas raízes. Comenta Sevecenko que (*apud* WISSENBACK, 1998, p. 85) “o regime escravista determinou a convivência em grupos de trabalhadores escravos e no interior dos quais foram criadas expressões a eles peculiares”.

A constante vigilância e severa violência empregada contra os negros foram a marca dos cativeiros brasileiros, que preservaram a cultura de quanto mais o outro for subjugado, humilhado, castigado, amedrontado, mais controle se tem sobre ele. De certa forma, esta também foi a mola propulsora para que houvessem rebeliões nas senzalas. Aos descontentes com este tratamento restava o tronco. Tronco no sentido literal, onde o escravo rebelde era amarrado e, exposto em público, era chicoteado quantas vezes fossem necessárias para esquecer idéias contrárias às de submissão e servidão. Ribeiro (1996) nos reforça estas questões com as seguintes palavras:

(...) sua rotina era sofrer o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fugas e, quando chamava atenção, recaía sobre ele o castigo exemplar, na forma de mutilação de dedos, do furo de seios, de queimaduras de tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites do pelourinho, sobre trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver (p.120).

Uma saída encontrada pelo escravo à esta situação foi o chamado *Banzo*, um suicídio no qual ingeriam terra até morrerem asfixiados. Para evitar este tipo de atitude, era colocada uma máscara de ferro na boca do escravo que fosse suspeito de querer cometer suicídio.

Na ânsia de liberdade, e diante da inconformidade com a situação de maus tratos e principalmente de clausura, os negros escravos acabaram por perceber que sua única arma contra toda a opressão que sofriam seria o seu próprio corpo, como se pode observar no comentário de Santos.

Para poderem adestrar seus corpos à vista dos seus senhores, disfarçavam os movimentos da luta numa forma de dança, passando assim uma imagem de simples divertimento, e quando fugiam das senzalas e eram encontrados, procuravam se defender com seus coices, cabeçadas e rasteiras para não serem reconduzidos ao cativeiro (1990, p.35) A partir da percepção de que sua agilidade

e destreza corporal poderiam ser eficazes para empreender fugas, os negros escravos passaram a enfrentar seus opressores em emboscadas e a refugiar-se em bandos, criando assim o quilombo, entre os quais o mais famoso foi o quilombo dos Palmares. Os primeiros registros de quilombo segundo Marques (1989) datam de 1580 e são de pequenos acampamentos formados por escravos fugitivos na Serra da Barriga (hoje estado de Alagoas), um local de acesso relativamente difícil que era escolhido por estes como um esconderijo. Mas ainda segundo ao autor, o crescimento começou a acontecer quando, devido à invasão holandesa (1630), foram montadas tropas para a defesa da colônia, sendo oferecida a alforria para os escravos que lutassem contra os holandeses. Entende-se por alforria, a liberdade concedida ao escravo via documento escrito por seu senhor (FERREIRA, 2004).

Muitos dos negros alforriados aproveitavam a primeira oportunidade para fugir em direção a Palmares, onde estava o quilombo considerado uma das maiores organizações de escravos negros foragidos das fazendas, tendo os escravos organizado um verdadeiro Estado, nos moldes africanos, constituído de povoações diversas, mocambos, governados por oligarcas sob a chefia suprema de um rei (FREITAS, 1984).

Segundo Bueno (1997), talvez Palmares tenha sido o mais significativo e simbólico dos quilombos, onde nenhum outro lugar a resistência dos escravos fugidos, obteve tanto sucesso em relação à organização.

Sob a liderança de um negro conhecido como Zumbi, o quilombo dos Palmares serviu, durante décadas, como abrigo a todos aqueles que lutavam contra a condição de escravidão, fossem negros, índios e até brancos, chegando a uma população de milhares de habitantes e ampliando cada vez mais sua força.

De acordo com Capoeira (1998), Zumbi era um grande lutador que usando as pernas, desarmava e venciam facilmente seus adversários. Analisando esta colocação é possível imaginar que a Capoeira já poderia estar sendo praticada na época dos quilombos, porém, é claro, com uma conotação diferente da praticada atualmente.

A presença forte de Palmares levou os governantes, pressionados pelos grandes senhores de engenho, a decidirem pelo seu extermínio. De acordo com Reis e Gomes (1996, p.52) “as comunidades dos quilombos representavam um desafio ao poder colonial”, além de serem a prova do surgimento e persistência de uma consciência escrava que lutava contra uma hegemonia manipuladora e opressora. Burlamaqui (*apud* SILVA, 1993) caracteriza o negro escravo como:

(...) evidentemente superior na luta, pela agilidade, coragem sangue frio e astúcia, aprendidas ali, afrontando os bichos, as feras mais perigosas, lutando mesmo com elas, saltando valados, trepando em árvores as mais altas e desganhadas, para se acomodar nas suas frondes, pulando de umas às outras como macacos, onde as nuvens batiam. E tiravam partido disso, tornando-se assim, extraordinariamente ágeis e muito comumente um homem desarmava uma escolta, punha-a em desordem, fazendo-a fugir (p.13).

Os negros refugiados no quilombo de Palmares chegaram a vencer vinte e quatro expedições chefiadas por capitães do mato (homens contratados pelos senhores ou pelo governo). Segundo Rego (1968), neste momento já se ousava afirmar que os negros se utilizavam amplamente do que mais tarde viria a se chamar de Capoeira, para se defender.

Vários autores (VIEIRA, 1995; REIS, 1996; PINTO, 1995) atribuem a época dos quilombos, o período de gestação da Capoeira. Mas, em 20 de novembro de

1697, organizou-se uma expedição com sete mil homens, chefiada por Domingos Jorge Velho, um bandeirante paulista conhecido por sua astúcia e competência em capturar e aprisionar escravos, foi convidado pelo governo alagoano para exterminar por completo os quilombos de todo o país e principalmente o quilombo de Palmares. E em troca de terras, depois de dez anos de sangrentas batalhas, assim o fez. Há quem diga que Zumbi se atirou de um rochedo, que lhe cortaram a cabeça ou ainda que teria morrido com dois tiros a queima roupa, marcando o fim do quilombo de Palmares, e eternizando o acontecido como fato importantíssimo na história da resistência negra contra a escravidão (FREITAS, 1984). Mais tarde, no início de 1970, a data da destruição do quilombo e morte de Zumbi, seria definida como Dia Nacional da Consciência Negra, como nos mostra Vogt (2003, p.44): Em 1971, o poeta gaúcho Oliveira Silveira sugeria a o seu grupo que o 20 de novembro fosse comemorado como o Dia Nacional da Consciência Negra, pois era mais significativo para a comunidade negra brasileira do que o 13 de maio. '*Treze de maio traição, liberdade sem asas, e fome s em pão*', assim definia Silveira o Dia da Abolição da Escravatura em um de seus poemas. Em 1971 o 20 de novembro foi celebrado pela primeira vez. A idéia se espalhou por outros movimentos sociais de luta contra a discriminação racial e, no final daquela década, já apareceria como proposta nacional do Movimento Negro Unificado.

Mas durante a escravidão os negros não fugiam apenas para os quilombos, iam também para os grandes centros urbanos, como afirma Wissenback (*apud* SEVECENKO, 1998, p.99): Durante todo o período da escravidão brasileira, as cidades exerceram uma enorme atração sobre os grupos de escravos e forros que continuamente se deslocaram em direção aos núcleos urbanos. Essa atração, que decorria de vários fatores, tinha como chamariz e esteio à existência de aglomerações constituídas por tais segmentos sempre dispostas a abrigar recém-chegados. Costuma-se dizer que estabeleciam territórios negros, espacialidade marcada por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares que revelaram fulcros significativos no processo de resistência à dominação escravista e à discriminação social se seguiu.

A chegada às cidades, embora fosse assustadora haja vista a novidade do desconhecido mostrou a capacidade de socialização do escravo fugido. A própria extensão da cidade e sua organização social acabava por propiciar uma forma independente de viver. Algo que o escravo, de certo modo, já estava acostumado. Com este movimento de chegada a espaços mais urbanos, Pires (2001) afirma que a Capoeira deixa de ser prática exclusiva de escravos e passa a englobar pessoas de diferentes segmentos sociais, como homens livres, imigrantes e até estrangeiros.

Comenta Capoeira (1998, p.34) que em 1808, a Capoeira passou a ser expressamente proibida, quando da vinda da Família Real ao Brasil. Aliás, D. João VI influenciado tanto pelos nobres quanto pelos intelectuais, acreditava que era fundamental perseguir a Capoeira e toda a cultura local, já que estas manifestações davam autoconfiança aos praticantes, formando lutadores ágeis e perigosos, além de solidificar a união dentro do grupo sendo um grande empecilho para os interesses da corte.

Um ano depois (1809) é criada a Guarda Real da Polícia e sob o comando do Major Miguel Nunes Vidigal passou a amedrontar todos aqueles que eram adeptos da Capoeira ou de rodas de samba e candomblés, por exemplo. Segundo Rego (1968) o Major Miguel Nunes Vidigal ficou conhecido como “o

terror dos Capoeiras” devido ao alto grau de severidade nas punições aos que fossem presos praticando capoeira.

Até metade do século XIX, segundo Holloway (1997), a Capoeira era utilizada pelos escravos da cidade do Rio de Janeiro em brigas e discussões, deixando grande número de feridos e mortos. Em 1850, começaram a ocorrer sucessivas prisões de capoeiras, os quais aterrorizavam a cidade do Rio de Janeiro, também com a formação das denominadas Maltas, que de acordo com Reis (2000) eram grupos organizados que, utilizando-se da Capoeira, promoviam a violência e a desordem servindo aos mais diversos propósitos.

Várias “Maltas” ficaram famosas na cidade do Rio de Janeiro pela sua constante atuação na vida pública, dentre elas destacaram-se os Nagoas e os Guaiamus (SOARES, 1994). No cenário político, os Nagoas eram ligados aos monarquistas do partido Conservador, e os Guaiamus eram ligados aos Republicanos do Partido Liberal. Para Reis (2000 p. 50), nessa relação é preciso demonstrar “que tal papel exercido por essas maltas era fruto de uma opção política, ou seja, quando interessava, servia como um instrumento nas mãos políticas”. Como afirma Vieira (1995) os negros capoeiras (no imaginário da época, considerados maus elementos), bem com aqueles que compartilhavam de sua revolta, eram incapazes de pensar com autonomia estando, portanto sujeitos à manipulação política dos propagandistas abolicionistas, estes sim, dotados de capacidade de reflexão e decisão. Era o preço pago para que se mantivesse um certo grau de impunidade. A Capoeira não esteve iminente só na política, mas também em momentos importantes, como participação na Guerra do Paraguai (1860-1865) onde foram enviadas centenas de escravos para os batalhões de frente, pois o exército brasileiro não possuía grande crédito e não conseguia dominar os conflitos gerados pela guerra. Soares (1993, p.63), nos dá um panorama de como isso aconteceu:

Os aliados uruguaios e argentinos não estavam preparados para um conflito de grandes proporções em virtude de suas divisões internas. A consequência foi nos ombros do Exército Brasileiro que recaiu o maior peso do conflito. Com seus efetivos dramaticamente reduzidos, foi necessário, antes de partir para a ofensiva, levar a efeito uma feroz campanha de recrutamento em todos os cantos do país para formar os batalhões de voluntários da pátria. Como a Guarda Nacional não conseguia manter os conflitos externos, e era especificamente usada para problemas políticos, os “voluntários” (negros escravos) eram caçados para servir como praça nas Forças Armadas. “A promessa de alforria dos escravos engajados na guerra transformou os quartéis militares em pontos finais das rotas dos cativos que fugiam das fazendas do interior” (id. p.63). Assim os negros foram mandados em massa para a Guerra do Paraguai e “lá se fizeram heróis, portadores que eram de sangue frio, audácia e coragem, tendo-se em conta que as condições da guerra de então exigia muitos combates corpo a corpo” (MARINHO, 1956, p.16). Outro fator histórico marcante em relação à Capoeira, segundo Carvalho (1999), foi a criação da Guarda Negra, sob a inspiração de José do Patrocínio. Esta guarda se constituía em uma tropa brasileira que era composta de uma esquadra de negros capoeiristas, prontos para defender a monarquia, além de lutar a todo custo para honrar e zelar pela Princesa Isabel em demonstração de agradecimento a 13 de maio de 1888 (dia da abolição da escravidão). Os capoeiras da Guarda Negra continuaram sendo úteis aos princípios monárquicos: não houve um comício dos republicanos que não fosse dissolvido, segundo Areias (1983). Com a libertação dos escravos o

governo baixou o comando para o extermínio total dos capoeiristas. Os escravos recém-libertos não possuíam condições de se integrar na comunidade preconceituosa da época, “muitos ex-escravos não tiveram como ganhar o pão de forma honra esta. Inaptos para o trabalho rendoso, eles tiveram que optar entre a insolvência física e moral (...) daí, degenerar-se a capoeiragem em práticas turbulentas de agressão inopinada e desforra covarde” (LISANTI FILHO, 1973, p.337). Na marginalidade e sem trabalho os negros organizavam-se em grupos poderosos dos quais também faziam parte pessoas da classe média que se uniam para proteger negócios escusos e fins políticos. Assim, a formação das maltas, sua utilização em tumultos contribuiu para que a Capoeira fosse marginalizada.

Com a instalação do governo republicano provisório, os capoeiristas foram novamente perseguidos de forma severa, sendo um dos principais alvos de repressão policial no início da república, recebendo, na revisão do Código de 1890, por meio do Decreto nº 847, sob o título “Dos Vadios e Capoeira”, a seguinte sanção:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena – De prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo Único. É considerada circunstância agravante, pertencer o capoeirista de algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro. (...) (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO *apud* VIEIRA, 1995, p.93)

Esta situação se arrasta até o início do século XX e neste espaço de tempo a Capoeira passa a ser praticada “às escondidas”. Aos poucos vai ganhando adeptos ilustres e embora ainda fosse vista como atividade marginal, despertava algum encantamento, iniciando uma nova fase no seu desenvolvimento histórico. De acordo com Rego (1968, p.03) a Capoeira antes pautada pela criminalidade e obscuridade social adentra um novo mundo, o da cultura, “por mais que tentemos não pensar, estes dois mundos como separados, o dualismo, que tem caracterizado o pensamento científico e também o senso comum, possibilita arquitetarmos essa transição”.

Nesta medida o significado social da Capoeira transforma-se conforme muda o significado do negro e, sendo assim, em 1930, com o advento do Estado

Novo a Capoeira é liberada no Brasil. Foram séculos de perseguição até as modificações ocorridas na década de 1930.

Em 1937, comenta Araújo (2000), mais precisamente em uma Quarta-feira, {dez de novembro} é implantado o chamado Estado Novo, regime criado sob a presidência de Getúlio Vargas (1937 – 1945). Ainda de acordo com Araújo, o regime fora inspirado em doutrinas políticas de todo mundo. A política em vigor tinha como um de seus ideais, o princípio de que o Estado deveria ser superior à sociedade e ao indivíduo.

Carvalho (1999) Getúlio Vargas necessitava de apoio popular e objetivando a integração do país acabou por liberar várias manifestações, entre elas a Capoeira. Como a violência estava ficando incontrolável nos centros urbanos, a permissão da prática da Capoeira restringiu-se ao ambiente fechado das academias.

Neste momento histórico a Capoeira passou a ser vista também pelos seus aspectos positivos, ou seja, esta era fruto da mestiçagem ocorrida no Brasil e,

portanto, algo genuinamente brasileiro. Este discurso em favor da mestiçagem foi ganhando força na medida em que as autoridades notaram a inviabilidade de negar o grande contingente negro que o Brasil possuía (MELLO, 2000).

Pode-se dizer que a descriminalização da Capoeira ocorreu também através de sua esportização. Era necessário colocá-la dentro dos valores aceitos pela classe branca e assim ampliar sua aceitação.

Na ânsia de afastar a visão de atividade marginalizada e delinqüente imposta pela sociedade, surge Manoel dos Reis Machado, Mestre Bimba, com uma proposta inovadora para a Capoeira. Ele teria incorporado à Capoeira denominada posteriormente de Regional, elementos de outras lutas como “a luta greco-romana, jiu-jitsu, judô, além de golpes do chamado batuque (luta nordestina, que seu pai foi lutador), perfazendo assim um total de 52 golpes” (REGO, 1968, p.33).

A Capoeira Regional segundo Falcão (1996, p.68), teria sido influenciada, pela Educação Física e pelo militarismo que estavam em ascensão na década de 30 (como veremos no capítulo 3). A prova da influência militarista é percebida em uma das etapas do “curso” de Mestre Bimba, o treinamento de guerrilha (emboscadas) realizado nas matas. E assim, como nos conta Vieira (1995): A primeira academia de capoeira foi fundada por Mestre Bimba em 1932, em Salvador no Engenho Velho de Brotas, com o nome de ‘Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia’. Essa academia foi a primeira a receber a autorização oficial para o ensino da capoeira, em 1937, ano da decretação do Estado Novo. O mesmo documento, expedido pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado da Bahia reconhecia Mestre Bimba como o professor de educação física (p.138).

A Capoeira sai, então, de seu cenário natural a caminho de ambientes fechados. Essa passagem reflete mudanças que podem ser observadas na descrição de Rego (1968):

(...) como o advento de Mestre Bimba, que tira a capoeira dos terreiros e a põe em recintos fechados, com o nome e caráter de academia, onde os ensinamentos passaram a ter um cunho didático, (...) a capoeira passou por modificações profundas. A classe média e a burguesia para lá acorreram, a princípio para assistirem as exposições e depois para apresentarem e se exibirem a título de prática de educação física, da í a 9 de julho de 1937 o governo oficializar a capoeira, dando a Mestre Bimba um registro para sua academia. Um status social superior ao dos capoeiras invade as academias e os afugenta. Os que resistem, por minoria, se esforçam para se enquadrarem no modo de vida invasor, porém sendo tragados por ele, começando assim a sua alienação e decadência como capoeira. Forçando uma compostura de rapaz-família, exibem-se somente em recintos fechados, salões burgueses, palácios governamentais e jamais onde primitivamente se exibiam, como nas festas do largo (p.361).

Após diversas inovações e o contato com diferentes meios, foram geradas inúmeras discussões sobre as mudanças ou a perda das raízes da Capoeira. Preocupados com a legitimação da Capoeira alguns mestres tradicionalistas, discutiram quanto ao modo de praticá-la. A partir daí, dividiu-se em duas vertentes: Capoeira Regional e Capoeira Angola. Sobre este fato, Falcão (1995) comenta: Mestre Bimba pode ser considerado um divisor de águas na história da capoeira. Para muitos mestres angoleiros, Bimba foi o grande deturpador da capoeira. No entanto, para os seus seguidores, um dos herdeiros diretos de Zumbi” (p.20).

Enquanto outras figuras conhecidas da Capoeira como Vicente Ferreira Pastinha, o mestre Pastinha, defensor da capoeira tradicional (Angola), insistia na origem africana da Capoeira e na impropriedade de sua fusão com outras lutas, mestre Bimba (Capoeira Regional), reivindicava a origem baiana da luta e defendia a incorporação de movimentos corporais provenientes de outras modalidades esportivas, Reis (2000, p.96,97).

Mestre Bimba, por meio da Capoeira Regional, sofreu influências da cultura popular baiana no seu desenvolvimento, havendo assim uma mudança dos objetivos e de conceitos. Já mestre Pastinha não deixou que a Capoeira Angola sofresse alterações, pois ela foi criada por intermédio da união de conceitos de vários povos africanos e sendo assim, deveria continuar com a sua própria identidade, que fosse voltada a cultura negra e suas raízes na antiga África.

Momento que, explica Vieira (1995, p.87), para alguns praticantes tornou-se confusa, havendo divergências quanto sua classificação. Na mesma visão, Pires (2001, p. 250) cita que a criação da regional, sem dúvida, produziu conflitos internos e fissuras na comunidade da capoeira. Ademais, houve um conflito de concepções, de espaço entre “as ruas” e “as academias”, o que acabou acarretando uma ruptura entre os grupos, demonstrando interesses contraditórios, como a manutenção das raízes e a carência da circularidade.

Podemos levantar pontos interessantes sobre o comparativo das distintas “linhagens” da Capoeira. Primeiramente, percebe-se a solidificação de frentes distintas, não ao que se refere quanto seu modo de movimentação física (ginga) ou quanto seu objeto no ritual do jogo, mas sim quanto ao respeito, das concepções políticas, da identidade cultural.

Verificando a disposição da Capoeira Angola, evidenciam-se pontos que chamam nossa atenção, como o envolvimento do misticismo e da religião e da religião, a preocupação com ritual da roda, o predo mínimo da dança, a presença da malícia. O que demonstra a direta ligação com as tradições, o enraizamento a cultura negra, sem oferecer espaço para novas influências ou tendências como as técnicas marcializantes mais agressivas, a ênfase na competição, na luta. Processos no qual, os tradicionalistas encaram como uma descaracterização, o que na verdade se trata apenas de um ciclo de transformação, onde a participação de diversas classes sociais absorve diferentes experiências, o que resulta na consolidação de uma única cultura.